

Soluções para o distrito de Setúbal 2019

Compromisso eleitoral da CDU

Assumimos com os trabalhadores e com a população do Distrito o compromisso de utilizar as nossas forças e capacidades para lutar pelos seus interesses e aspirações.

A perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável do distrito de Setúbal que a CDU propõe insere-se nas soluções que temos apresentado aos trabalhadores, ao povo e ao país, sendo parte integrante da política patriótica e de esquerda por que pugnamos.

Nas eleições para a Assembleia da República de Outubro de 2015 ficou provado como foi decisivo o voto, a força, a determinação, a coerência das forças da CDU para afastar o Governo PSD/CDS, interromper a sua obra destruidora, permitindo uma nova fase da vida política nacional em que foi possível a defesa, reposição e conquista de direitos e rendimentos.

Avançou-se, mas, numa correlação de forças que permitiria dar resposta aos problemas do País, os avanços não se concretizaram em matérias fundamentais, porque o PS e o seu governo, em convergência com o PSD e o CDS, confirmou o seu comprometimento com os interesses do grande capital e a sua submissão ao Euro e às imposições da União Europeia.

Os compromissos assumidos pelos deputados eleitos pela CDU com os trabalhadores e o povo do distrito de Setúbal foram cumpridos, e esse facto, visível sob todos os ângulos de análise do balanço do trabalho realizado, é um testemunho e uma garantia de que os candidatos da CDU encaram com toda a seriedade os compromissos que assumem com as populações. É mais um elemento que justifica a opção pela CDU no próximo dia 6 de Outubro nas eleições em que vão ser eleitos os 18 deputados que representam os trabalhadores e a população do distrito de Setúbal e os 230 deputados que representam o povo português na Assembleia da República.

A CDU propõe e defende uma perspectiva de desenvolvimento que rompa com a política de direita das últimas décadas, para fazer avançar o País, dar resposta plena aos direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo e afirmar a soberania nacional.

Prosseguiremos a nossa intervenção, colocando como questão central e decisiva para o Distrito e o País a valorização salarial, assumida como emergência nacional, factor estratégico para a valorização do trabalho, o combate à pobreza, a melhoria das condições de vida, o aumento das pensões de reforma, e um estímulo à actividade económica e à

produção nacional, condição indispensável ao bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias, ao aumento da natalidade e à soberania do país.

Esse é o compromisso de ontem, o compromisso de hoje e o compromisso que assumimos para o futuro, determinados em aproveitar todas as possibilidades para novos avanços, no prosseguimento da luta pela alternativa patriótica e de esquerda indispensável para responder aos problemas do distrito e do País, na afirmação do objectivo dum Portugal desenvolvido e soberano, da concretização dos valores de Abril, duma sociedade mais justa.

Uma estratégia integrada para o distrito de Setúbal

Defendemos uma política patriótica e de esquerda, baseada na Constituição da República, que assegure a construção de um país desenvolvido, de progresso, de justiça e de igualdade. É a política que o país precisa para avançar, defendida nos programas eleitorais do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista "Os Verdes".

Defendemos uma Estratégia de Desenvolvimento para o Distrito de Setúbal, a aplicar através de um Plano de Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal e de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Alentejo Litoral, com uma visão de desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural que possa dar resposta às necessidades, aspirações e anseios das populações. Comprometemo-nos a lutar, na Assembleia da República e em todas as outras instâncias de poder, pela obtenção dos indispensáveis apoios a esses planos, nomeadamente no que diz respeito ao investimento público. A população do distrito de Setúbal, com a confiança demonstrada ao longo de décadas na política participada e de proximidade com os eleitos, pode dar, com o reforço da CDU, um contributo decisivo para uma alternativa política e para uma solução patriótica e de esquerda para o País.

Defendemos um Plano com projectos e medidas que são exequíveis e viáveis, porque estão articuladas no plano nacional com os diversos eixos da política patriótica e de esquerda que propomos.

Defendemos uma Estratégia que passa por um conjunto de treze linhas orientadoras que permitam:

- **Dar prioridade à actividade produtiva**, adoptando medidas de promoção, modernização, expansão e diversificação das actividades económicas, aproveitando as capacidades existentes, nomeadamente as ligadas à indústria, à agricultura, à floresta, ao mar, à pesca, ao turismo, ao comércio e aos serviços; incentivando a produção nacional de base regional e valorizando as micro, pequenas e médias empresas, privilegiando-as

no acesso a fundos comunitários e outros incentivos; promovendo a fixação de infra-estruturas que potenciem o desenvolvimento de actividades económicas;

- **Fomentar a criação de emprego com direitos**, o aumento dos salários, o combate ao trabalho precário e clandestino, a garantia do respeito pelos trabalhadores e a promoção da melhoria das suas condições de vida e de trabalho, de horários dignos, enquanto factores indispensáveis para uma maior justiça social, mas também para a dinamização e modernização das actividades económicas. Investir na formação e qualificação dos trabalhadores;

- **Assegurar a gestão pública da água**, recurso essencial à vida, necessariamente concebido como um direito e não como uma mercadoria ou negócio, bem como dos serviços e das estruturas encarregues da recolha e tratamento dos resíduos sólidos e das águas residuais;

- **Combater as assimetrias regionais** através da regionalização, de forma a garantir um desenvolvimento harmonioso do território, que garanta a efectiva participação democrática do povo na administração pública a nível regional, com as soluções que tenham em conta a especificidade da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano e que garantam a existência de estruturas próprias com competências de planeamento, coordenação, direcção e decisão e que, entre outras dimensões, promovam uma melhor rentabilização dos fundos comunitários;

- Valorizar o **poder local democrático**, respeitando a sua autonomia e aprofundando a aplicação dos princípios constitucionais, dotando-o dos recursos adequados para o desenvolvimento das suas atribuições e competências, que visem a melhoria da qualidade de vida das populações e o desenvolvimento económico, social e cultural a nível local, rejeitando a chamada municipalização, que aprofunda desigualdades e degrada serviços em áreas tão relevantes como a educação, a cultura, a saúde, a segurança social e os transportes, mas antes exigindo que o Estado assuma as suas responsabilidades na garantia de direitos fundamentais e universais às populações. Repor as freguesias roubadas ao povo pela legislação de 2012. Planear e promover o ordenamento e coesão do território, articulando o equilíbrio urbano com a expansão da estrutura industrial, e compatibilizando o aproveitamento dos recursos naturais com a preservação dos equilíbrios ecológicos;

- Garantir a implementação de um vasto conjunto de **infra-estruturas de abastecimento, logística e apoio às actividades económicas**, nomeadamente mercados de origem, mercados abastecedores, redes de frio, de abate e de armazenamento;

- **Reforçar e ampliar o sistema científico e tecnológico regional** e as infra-estruturas de apoio às actividades de investigação e desenvolvimento;
- Assegurar uma **melhoria generalizada das redes de acessibilidades** e de transportes rodoviários, ferroviários, marítimos, fluviais e aéreos, bem como da rede de logística, nos planos distrital, nacional e internacional;
- Garantir o equilíbrio ecológico, preservar a **qualidade ambiental** e a protecção da natureza o equilíbrio da paisagem, designadamente através da valorização dos parques, reservas e paisagens protegidas e do alargamento das iniciativas de conservação da natureza a outras áreas de inegável valor ecológico. Estabelecer programas e iniciativas destinados a reduzir ou evitar descargas poluentes, quer para a atmosfera, quer para as águas; reduzir a produção de resíduos sólidos; desenvolver programas e estratégias que sejam factores de promoção do desenvolvimento equilibrado e sustentado entre as necessidades humanas e a preservação do meio ambiente;
- Melhorar as condições de prestação dos **cuidados de saúde** e as infra-estruturas de saúde a nível distrital, desde as vocacionadas para os cuidados primários até às grandes unidades hospitalares, incluindo as vertentes dos cuidados continuados e paliativos. Reforçar e valorizar o desenvolvimento de estratégias locais, regionais e nacionais de promoção da saúde e bem-estar como vectores prioritários da política de saúde;
- Expandir e modernizar o **sistema educativo público, gratuito, democrático, de qualidade e inclusivo**, desde a educação pré-escolar ao ensino superior, de forma a garantir, a par do desenvolvimento humano e intelectual dos cidadãos, a necessária melhoria das qualificações e a criação de uma base de conhecimentos técnicos e científicos capaz de promover e acompanhar progressos e transformações, estimulando a educação integral do indivíduo;
- Garantir a existência de uma rede de **funções do Estado e de serviços públicos de proximidade**, dotados dos meios humanos e técnicos adequados para a prestação de um serviço público de qualidade e eficiente à população do distrito;
- Garantir o **pleno exercício dos direitos constitucionais dos cidadãos**, designadamente das mulheres, das crianças, das pessoas com deficiência, bem como os direitos dos jovens à realização pessoal e profissional e a uma activa participação na sociedade e os direitos dos idosos, reformados e pensionistas a uma vida digna, à segurança na velhice e à plena integração e participação social.

Propostas sectoriais para o desenvolvimento integrado e sustentável do Distrito Setúbal

Dar prioridade à actividade produtiva

Desenvolvimento industrial

- Defender e promover a produção nacional, através de um programa de industrialização do distrito; defender um sector público empresarial forte, dinâmico e eficiente;
- Promover uma política de apoio ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e ao movimento cooperativo;
- apoiar o desenvolvimento dos sectores industriais principais, como a construção e reparação naval, o sector automóvel, a fileira do papel, os cimentos, os adubos, a metalomecânica pesada, o material eléctrico e electrónico, o sector ferroviário, entre outros;
- Diversificar a estrutura económica do Distrito, afirmando-o como pólo de inovação, apostando numa base tecnológica de investigação e desenvolvimento para sectores actualmente existentes - nomeadamente com o aproveitamento e valorização dos vários recursos agrícolas, pecuários, florestais, piscatórios e das potencialidades do mar em geral - e investindo em novos sectores estratégicos;
- Promover e apoiar programas regionais e nacionais para a Inovação e Qualidade, potenciando a qualificação tecnológica e ambiental das empresas e dos estabelecimentos do ensino superior do Distrito, e implementando projectos e iniciativas de certificação no âmbito regional;
- Garantir apoio público nas áreas da investigação e desenvolvimento em sectores e projectos que aprofundem matérias que correspondem a potencialidades do distrito, contribuindo para a diversificação das actividades produtivas do distrito;
- Aumentar a componente nacional da produção no sector automóvel;
- Desenvolver as zonas industriais /empresariais, criando as condições para novos e qualificados investimentos, nomeadamente com a concretização do Projecto do “Arco Ribeirinho Sul”, do Parque de Empresas da Baía do Tejo/Barreiro, do Parque Industrial do Seixal e da ex-Siderurgia Nacional e dos terrenos da Margueira/Almada; incluir neste desenvolvimento a Zonas Industriais de Palmela e da Mitrena, a Plataforma Industrial de Sines e as Zonas de Indústria Ligeira existentes nos vários concelhos. Criar novas zonas empresariais cuja localização tenha em conta as questões ambientais, a segurança, os

acessos, os transportes, as estruturas sociais de apoio aos trabalhadores bem como a qualidade de vida das populações;

- Apoiar a indústria e os sectores de tecnologia avançada, através de incentivos com atribuição criteriosa e privilegiando as empresas de base nacional;
- Promover a adopção de tecnologias de produção mais limpas e energeticamente mais eficientes e a aplicação de mecanismos eficazes de recolha de tratamento de resíduos (líquidos, sólidos e gasosos);
- Garantir que o Arsenal do Alfeite se mantém como componente da Marinha Portuguesa e com o seu papel de defesa da soberania nacional.

Agricultura e floresta

- Elaborar um plano integrado de produção e distribuição alimentar para dar resposta às potencialidades agrícolas do distrito, aos produtos de origem da região, à promoção da agricultura familiar e à fixação das populações;
- Defender e promover a área agrícola: hortícola, frutícola, vitícola, orizícola, florícola e de milho, bem como da produção suinícola, ovinícola e bovina, da carne, do leite, do mel e seus derivados. Recuperação do cultivo de cereais de variedades autóctones, como o trigo “Barbela”;
- Defender a reclassificação das zonas rurais e desfavorecidas, no plano nacional e da União Europeia, factor que lhes permitirá o acesso ao apoio complementar e a medidas de investimento;
- Defender e valorizar a agricultura familiar, cujo estatuto foi recentemente aprovado;
- Defender uma agricultura com práticas sustentáveis, livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGM);
- Apoiar agricultura biológica, sobretudo de carácter familiar;
- Desenvolver uma política florestal que promova uma floresta adequada às características geográficas e ambientais, com um desenvolvimento equilibrado entre a sustentabilidade das actividades sociais e económicas do território e a produção de matéria-prima, com usos adequados do solo e de espécies florestais, nomeadamente limitando as espécies exóticas e valorizando as autóctones, como alternativas economicamente viáveis à dinamização da economia rural;
- Defender a reflorestação, ordenamento e equipamento das matas do distrito. Implementação do Plano de Gestão Florestal da Mata de Sesimbra;

- Preservar a diversidade das espécies e proteger, desenvolver e aproveitar as áreas do montado de sobro e azinho, bem como do pinheiro manso. Plano de prevenção / combate às doenças do sobreiro e do pinheiro;
- Criar um Centro Tecnológico de apoio, defesa e promoção dos produtos regionais agrícolas de qualidade. Reabertura dos organismos públicos de investigação nesta área entretanto encerrados;
- Defender e salvaguardar a continuidade da actividade agrícola na Herdade da Comporta;
- Aplicação de projectos de apoio financeiro que, tendo sido aprovados, se encontram sem dotação financeira para a sua efectivação;
- Travar a exploração intensiva, predadora dos solos e das reservas de água;
- Promover o acesso à terra. O financiamento deve basear-se na produção e não na área cultivável, de modo a promover o arrendamento das terras a quem as trabalha, de modo a evitar a maximização de valores recebidos que não correspondem a uma produção efectiva;
- Defender o apoio aos agricultores, nomeadamente em caso de fenómenos climatéricos extremos;
- Promover o acesso à água para a pequena agricultura; aumentar a capacidade de armazenamento e requalificar os canais de rega;
- Medidas de apoio à produção e consumo locais, apostando nos circuitos curtos de comercialização, aproximando produtores e consumidores, gerando um comércio de bens agro-alimentares mais justo e de proximidade.

Pescas

- Investir na regular e contínua modernização dos portos de Sines, Sesimbra e Setúbal, assim como da sua dotação de equipamentos e condições de funcionalidade;
- Construir o porto de pesca da Trafaria, com lota adequada às necessidades e respectivos serviços e valências;
- Qualificar urgentemente as lotas de Setúbal, Trafaria e Fonte da Telha e outros postos de vendagem, ajustando os horários às necessidades dos pescadores;
- Melhorar a rede pública de frio dos portos de Setúbal, Sesimbra e Sines e criar condições de armazenamento de pescado nas zonas piscatórias de menor dimensão;
- Garantir a participação das organizações representativas dos pescadores (sindicatos e armadores) na gestão do Parque Marinho Luiz Saldanha/Parque Natural da Arrábida e

concretizar o processo de revisão do seu plano de ordenamento, tal como foi aprovado na Assembleia da República;

- Incentivar a reconstituição da indústria conserveira e promover o consumo e a qualidade das nossas conservas, com rotulagem de origem e certificação de produto de qualidade. Promover outras actividades de transformação do pescado;
- Enquadrar e reforçar a aquicultura face a condições naturais propícias;
- Regulamentação específica da pesca nos estuários do Sado e do Tejo; realização de estudos adequados, que possam garantir uma reclassificação correcta;
- Defender a construção de depuradoras públicas que respondam às necessidades dos mariscadores;
- Construir a ponte cais 4 no porto de Sesimbra;
- Melhorar as condições de obtenção de documentos e licenças, eliminando aspectos burocráticos;
- Melhorar as condições de segurança nos portos e barras e em todas as infra-estruturas ligadas às pescas; investimento nos meios de combate à poluição do mar por hidrocarbonetos e produtos não degradáveis;
- Promover a diversidade da captura de espécies e a sua valorização, nomeadamente da cavala e do carapau;
- Fixação de quota semanal, em vez de quota diária, para evitar o desperdício de pescado e aumentar a rentabilidade dos recursos;
- Desenvolvimento de mecanismo de venda em lota da produção de aquicultura;
- Simplificar e tornar definitivo o subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura, no que respeita ao apoio ao preço da gasolina;
- Modernizar e revitalizar a frota pesqueira;
- Armamento definitivo do navio de investigação "Mar Portugal", com vista ao desenvolvimento de estudos científicos e monitorização, que definam os limites de captura, garantam a sustentabilidade dos stocks de pescado.

Mar e estuários

Promover o estudo das potencialidades das actividades relacionadas com o mar e os estuários no distrito e a sua dinamização e gestão integrada, no quadro de uma estratégia nacional com esse objectivo envolvendo, entre outras, as seguintes áreas: ordenamento, ambiente e protecção da natureza; construção e reparação naval; controlo e segurança da navegação; actividade portuária, sua dinamização e diversificação; turismo e actividades

de lazer; pesca e aquicultura; transformação e conservação do pescado; produção salineira; pesquisa e exploração de recursos, nomeadamente energéticos e geológicos do offshore; ensino, investigação e desenvolvimento a partir das unidades educativas e de investigação científica existentes e do seu reforço, incluindo a experiência e a capacidade da Marinha e as suas valências no distrito, designadamente a Escola Naval e o Instituto Hidrográfico (Base Hidrográfica do Seixal).

Comércio e serviços

- Linha de apoio à adequação e modernização dos mercados municipais, fixos e de levante, assegurando maior comodidade, higiene e segurança a vendedores e consumidores;
- Linha de apoio à concretização de uma rede de Centros de Informação e Apoio ao Consumidor;
- Defender a construção de um mercado abastecedor do distrito, com uma solução que garanta de forma adequada localização, instalações, condições de higiene e segurança para produtores e retalhistas;
- Promover a criação de plataformas e programas de gestão logística de apoio ao comércio e aos serviços nos principais centros urbanos, que sejam facilitadores da relação com fornecedores e consumidores, e da melhoria da conservação e circulação de produtos;
- Criar uma nova lei do arrendamento comercial e não habitacional que tenha em conta as especificidades do sector.

Turismo

- Promover um modelo de desenvolvimento turístico de forma integrada e harmoniosa, que inclua a acessibilidade, a fruição e o lazer para as populações do distrito, valorizando a qualidade ambiental, paisagística e natural, designadamente permitindo à população recuperar o acesso à Península de Tróia e a outras zonas balneares;
- Defender o aproveitamento integrado das enormes potencialidades turísticas das zonas ribeirinhas, do litoral atlântico e do interior, enquanto vertente importante do desenvolvimento económico e sociocultural, combatendo a sazonalidade;
- Diversificar e promover os projectos turísticos da região, concretizando planos de investimento específicos;
- Defender a elaboração de um plano de ordenamento turístico, definindo uma estratégia de desenvolvimento a partir dos recursos turísticos, conjugando os investimentos públicos e privados, com vista, entre outros, à promoção de pólos de animação e diversificação

turística (frente de praias atlânticas, Costa da Caparica / Almada, Baía do Seixal, Alburrica / Barreiro, Pinhal das Freiras / Parque Metropolitano de Biodiversidade, Alcochete / Reserva Natural do Estuário do Tejo, Mata de Sesimbra, Parque Natural da Arrábida e Reserva Natural do Estuário do Sado, baía de Setúbal, eixo Palmela/Espichel, Península de Tróia, Litoral Alentejano, entre outros), que deverão ser articulados com os municípios e considerados nos respectivos PDM;

- Revogar a actual Lei que estabelece Entidades Regionais de Turismo e defender a reconstituição da Região de Turismo da Costa Azul, enquanto entidade promotora do desenvolvimento regional, associada a dinâmicas do poder local. Apoiar a dinamização da marca “Costa Azul”;
- Elaborar um plano de sinalização turística dos principais recursos, equipamentos e ofertas turísticas da região.

Fomentar a criação de emprego com direitos, investir na formação e qualificação dos trabalhadores

- Aumento geral dos salários para todos os trabalhadores, valorização das carreiras e profissões, aumento significativo do salário médio e aumento do salário mínimo nacional para os 850 euros, para o público e para o privado;
- Revogar as normas gravosas da legislação laboral (Código de Trabalho e Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), nomeadamente a caducidade da contratação colectiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, eliminação do aumento do período experimental. Intervir para valorizar a contratação colectiva, sempre acima do Código do Trabalho;
- Combater a precariedade, garantindo o princípio constitucional de que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efectivo, quer seja no sector privado, quer no público;
- Combater a discriminação no acesso ao emprego dos jovens, dos desempregados de longa duração, das mulheres e em função de outras situações, nomeadamente étnicas e de nacionalidade, bem como à discriminação salarial e à violação sistemática da legislação laboral;
- Adoptar medidas especiais de combate à exploração laboral de trabalhadores imigrantes, nomeadamente no sector agrícola;
- Combater a desregulação dos horários de trabalho e redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais no sector privado, sem redução do salário nem perda

de direitos, pondo fim a bancos de horas e ao regime de adaptabilidade. Respeito do fim de semana como período de descanso;

- Reforçar os direitos dos trabalhadores que prestam trabalho em regime nocturno e de turnos;
- Reforçar os meios e dar eficácia executiva à Autoridade para as Condições de Trabalho para que a intervenção seja mais efectiva no cumprimento dos direitos laborais;
- Reforçar os direitos de maternidade e paternidade, bem como a garantia do seu cumprimento nos locais de trabalho;
- Investir na formação e qualificação dos trabalhadores, defender o direito ao crédito de horas dentro do horário de trabalho para a formação, e ao reconhecimento dos conhecimentos obtidos através da progressão na sua carreira profissional.

Assegurar a gestão pública da água

- Consagrar a água e o saneamento básico como direitos humanos, assegurando a sua gestão na esfera pública;
- Apoiar o processo de criação do sistema intermunicipal integrado para captação e abastecimento de água em “alta” aos municípios da Península de Setúbal, com um modelo de gestão constituído na esfera do poder local democrático;
- Limpeza e desassoreamento das linhas de água do distrito de Setúbal, com conseqüente valorização dos seus cursos navegáveis, e monitorização dos movimentos de areia nas bacias hidrográficas dos estuários dos rios Tejo e Sado, bem como da evolução da qualidade geral das massas de água, designadamente no que diz respeito a focos de contaminação, com vista à adopção de medidas de protecção das frentes ribeirinhas;
- Medidas de estudo, monitorização e protecção dos aquíferos Tejo / Sado Margem Esquerda e Sines/Santo André;
- Apoiar à criação do Observatório da Água do Litoral Alentejano, com a efectiva participação do Poder Local e das populações;
- Apoiar o desenvolvimento de actividades do Observatório da Água da Península de Setúbal, com vista ao estudo e preservação do aquífero da Península;
- Medidas de erradicação de afluências indevidas e descargas ilegais no meio hídrico, com a criação de soluções para o tratamento e aproveitamento de efluentes das indústrias e agro-indústrias, com a responsabilização e participação efectiva dos responsáveis por estas actividades;

- Adoptar medidas preventivas para preparar o distrito para futuros fenómenos de seca, que permitam aumentar a capacidade de armazenamento de água, nomeadamente superficial, evitando o desperdício, estudando todas as eventuais soluções, seja a construção de pequenas charcas ou reservatórios de maiores dimensões, seja a possibilidade de dessalinização da água do Rio Sado, para utilização agro-pecuária.

Valorizar o poder local democrático,

cumprir a regionalização, promover a coesão do território

- Concretizar a regionalização, criando as Regiões Administrativas, com as soluções que tenham em conta as especificidades da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano e garantam a existência de estruturas próprias com competências de planeamento, coordenação, direcção e decisão; repor e reforçar a autonomia do Poder Local Democrático, assim como a sua capacidade administrativa e financeira, contribuindo para o desenvolvimento regional e para a qualidade de vida das populações;
- Defender e afirmar a autonomia administrativa e financeira das Autarquias Locais. Recuperar a sua capacidade financeira, com um novo regime de finanças locais, dotando-o dos recursos adequados para o prosseguimento das suas atribuições e competências, promovendo assim a melhoria da qualidade de vida das populações. Repor o livre associativismo autárquico, com o fim das comunidades intermunicipais como associativismo forçado, e repondo as freguesias liquidadas pela lei de 2012, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos;
- Reverter o processo de transferências de competências para as autarquias;
- Proceder a uma delimitação de competências que assegure ao poder local e regional os meios financeiros no respeito pela sua autonomia administrativa e financeira e garanta o acesso universal aos bens e serviços públicos, a coesão nacional e unidade do Estado com a adequação do seu exercício aos diversos níveis da administração, valorizando o Poder Local Democrático, o que exige cumprir a regionalização e a extinção das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a instituição das Áreas Metropolitanas enquanto autarquias dotadas de meios e competências próprias e poderes efectivos;
- Repor a NUT 3 da Península de Setúbal, permitindo a visibilidade estatística necessária à percepção dos dados caracterizadores da região; defender a aprovação de medidas de reforço e melhor rentabilização dos fundos para o distrito, contribuindo para pôr fim às assimetrias de desenvolvimento, nomeadamente alterando o quadro de critérios de distribuição dos fundos comunitários;

- Defender a promulgação da revisão do PROT-AML, no quadro das alterações do modelo de ordenamento regional preconizados pelos investimentos estruturantes no distrito, desbloqueando os processos de revisão dos PDM.

Melhoria generalizada das redes de acessibilidades e de transportes públicos

Melhoria significativa das ligações rodoviárias, ferroviárias, fluviais, marítimas e aéreas, nos planos distrital, nacional e internacional, exigindo e contribuindo para a elaboração de um efectivo Plano Nacional de Transportes, com uma abordagem coerente e harmoniosa das redes de transportes, mobilidade e logística, ao serviço do desenvolvimento integrado do Distrito e do País, o que exige:

- passe social intermodal / navegante: consolidar e estabilizar este importante avanço, fixando o objectivo da gratuitidade dos transportes colectivos públicos; garantir a fonte de financiamento do Estado central e reforçando os montantes afectos ao Programa de Redução Tarifária, de modo a garantir um valor máximo de 30 euros no município e de 40 euros na região;
- uma presença e intervenção públicas determinantes no sector dos transportes, com a reversão das privatizações e o fim das parcerias público-privadas;
- dar prioridade ao transporte colectivo e público valorizando-o sobre o transporte individual e privado, através da promoção da fiabilidade e segurança da operação, reforçando o carácter intermodal, ligando a região em todas as suas dimensões;
- planear e concretizar um programa de investimento para o aumento da oferta em quantidade e qualidade com admissão de trabalhadores, aquisição, manutenção e modernização das frotas do serviço público de transportes;
- parques dissuasores que articulem a oferta do transporte público e o transporte individual;
- assegurar uma adequada política de investimento e financiamento público nas redes de transportes públicos, através do Orçamento do Estado.

Ferrovia, transporte de futuro

- Construir a nova travessia rodoferroviária do Tejo entre Barreiro e Lisboa, eliminando os obstáculos e constrangimentos que impedem e diversificação da oferta de transporte público e uma melhor mobilidade entre as margens sul e norte do rio Tejo e uma mais efectiva e melhor articulação e fluidez na rede ferroviária nacional, nomeadamente entre a linha do Sul e a linha do Norte, concretizando a ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid;

- Duplicar progressivamente a linha ferroviária do Sul, Lisboa/Algarve, articulando-a com a ligação à plataforma logística do Poceirão, ao porto de Sines e com a necessária modernização da ligação à rede internacional;
- Diversificar a oferta de transporte ferroviário no Distrito com a reactivação dos serviços de longo curso retirados pela CP (Pragal/Porto e Barreiro/Algarve e Alentejo), garantindo o retorno do serviço de Intercidades à capital de distrito;
- Repor e reforçar os serviços regionais e inter-regionais na Península de Setúbal e no Litoral Alentejano; estudar as medidas para a reposição do transporte de passageiros no ramal de Sines;
- Melhoria qualitativa e quantitativa do transporte ferroviário na Linha do Sado, com investimento no reforço do material circulante, com mais comboios e circulações, com mais qualidade, segurança e conforto nas estações e apeadeiros;
- Defender, dinamizar e modernizar o pólo ferroviário do Barreiro, electrificando o ramal de acesso à oficina como elemento potenciador do aproveitamento pleno destas instalações para execução das operações de manutenção e reparação necessárias ao material circulante e seus componentes;
- Valorizar e aproveitar em pleno os terminais ferroviários de mercadorias nas Praias do Sado e no Poceirão e a sua devolução à ex-CP Carga, no quadro da reversão da empresa para o sector público;
- Fim da PPP com a Fertagus e passagem para a gestão pública do serviço ferroviário Setúbal/Lisboa; construir a nova estação de Vale Flores;
- Desenvolvimento pleno e efectivo da rede do Metropolitano Sul do Tejo como projecto estruturante da Península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa. Prosseguir e acelerar a expansão da rede de metropolitano de superfície até ao Barreiro, com a construção da ponte Seixal-Barreiro, lançar os estudos para o prolongamento do metro até à Moita, Montijo e Alcochete e da ligação à Costa da Caparica. Reversão para o Estado da Parceria Público-privada.

Promover as ligações fluviais no Tejo e no Sado

- Acelerar e aprofundar a modernização e renovação das frotas da Transtejo e Soflusa e dar início à urgente manutenção dos batelões, de modo a garantir a sua plena segurança e operacionalidade e uma maior eficácia e fiabilidade ao serviço público prestado por estas empresas. Iniciar as obras nos terminais e estações fluviais tornando-os mais confortáveis e seguros para os utentes;

- Reconstituir os serviços próprios de manutenção com capacidade para programar e acompanhar o plano de manutenção da frota e batelões e que tenha capacidade para assegurar a resposta pronta aos diversos problemas que se colocam á operação no dia a dia;
- Repor os horários retirados pela Transtejo e Soflusa nas diversas ligações; expansão horária das ligações ao Montijo e por ferrie entre Lisboa e Trafaria; reactivação das ligações fluviais entre Alcochete e o Parque das Nações / Lisboa; o lançamento de uma nova carreira fluvial que ligue entre si os concelhos de Almada, Seixal e Barreiro;
- Resgatar a concessão de transporte fluvial entre Setúbal e Tróia para a Administração Central, garantindo desse modo também neste serviço público de transporte fluvial a redução tarifária e o fim das exorbitantes as tarifas que são actualmente praticadas e a sua inclusão no passe social intermodal. Reforçar os horários das ligações de passageiros e viaturas.

Relançar o transporte marítimo e fluvial de mercadorias

- Reconstituir na actividade portuária um eficaz, necessário e competente sistema de dragagens público e nacional, capaz de manter e garantir as condições de navegabilidade dos canais e portos;
- Modernizar e reforçar a articulação dos Portos de Lisboa, Setúbal Sesimbra e Sines, salvaguardando o necessário equilíbrio entre as actividades portuárias e a defesa do ambiente, promovendo a actividade piscatória e turística e o desenvolvimento da actividade portuária, designadamente no Barreiro.

Melhorar as redes viárias

Construir, sem portagens, todas as vias já previstas no Plano Rodoviário Nacional 2000 aprovado por proposta do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, com destaque para:

- a Estrada Regional 10 / Variante à EN 10, integrando a ponte Seixal-Barreiro e a ligação à ER11 (CREM); IC 3 (Setúbal/Palmela/Montijo/Salvaterra de Magos / Alpiarça / Entroncamento / Coimbra); IC 13 (Montijo/Coruche/Mora/Ponte de Sor/Portalegre); Variante à EN 252-1 em Pinhal Novo; variante Carrasqueira / Venda Nova / porto de Sesimbra;
- a requalificação da estrada Florestal da Costa da Caparica, da EN253 (Alcácer do Sal / Comporta), da EN 261-1 (Grândola / Carvalhal) e da EN 261 (no troço Santiago / Melides);

- a concretização da rede de acessibilidades rodoviárias complementares à futura terceira travessia do Tejo Barreiro/Lisboa;
- a conclusão do IP8 / A26 (Sines / Vila Verde de Ficalho);
- a construção do IC4 (Santiago/Sines/Lagos), com prolongamento até Alcácer; construção do IC 33 com perfil de auto-estrada, entre Sines e a A2;
- reforço do investimento na manutenção, beneficiação e qualificação da rede rodoviária do Distrito, designadamente do IC1 (Setúbal / Palma – Alcácer do Sal);
- abolir as portagens dentro da área metropolitana de Lisboa;
- lançar um programa continuado de sensibilização para uma condução segura e para idêntico comportamento dos peões, a par de medidas de modernização da rede viária que anulem os pontos negros e melhorem a segurança em toda a rede.

Construir por fases um Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete

- Calendarizar de imediato as acções necessárias ao lançamento das obras para a construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, uma opção que não dispensa o regresso da ANA Aeroportos para o controlo público;
- Recusa da opção pela instalação de um terminal aeroportuário complementar ao Aeroporto de Lisboa na Base Aérea do Montijo.

Preservar a qualidade ambiental, conservar a natureza

- Reverter o processo de venda da EGF, que privatizou a maioria do capital social da AMARSUL, na defesa do serviço público de resíduos;
- Promover o investimento na sensibilização e na educação ambiental, recorrendo à divulgação do nosso património natural com efectiva responsabilização do Estado;
- Defender e preservar as áreas fundamentais na conservação da natureza e do património natural, nomeadamente através da criação de uma efectiva Rede de Áreas Protegidas, articuladas entre si, promovendo uma gestão integrada e participada; criação de corredores ecológicos com efectivo estatuto de protecção e monitorização ambiental no distrito de Setúbal;
- Promover condições nessa Rede de Áreas Protegidas com vista ao aproveitamento educativo, lúdico, turístico e económico do património natural, salvaguardando a sua preservação;
- Reavaliar e rever, no quadro de um debate amplo e participado, os planos de ordenamento do Parque Natural da Arrábida, da Reserva Natural do Estuário do Sado, da Reserva Natural do Estuário do Tejo, e respectiva zona de protecção especial, da Área de

Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha;

- Defender o apoio do Governo ao processo de candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera da UNESCO, bem como a outros projectos assentes na lógica do desenvolvimento harmonioso entre as comunidades locais e a natureza;
- Terminar a co-incineração no Parque Natural da Arrábida.
- Criar um Espaço Natural de Protecção Especial em Santa Margarida da Serra, no concelho de Grândola – primeira área de protecção para o montado de sobro e de azinho em Portugal;
- Funcionamento, em articulação com as instituições locais, do Complexo Ambiental das Salinas do Samouco/Alcochete, incluindo o seu Centro Educativo;
- Apoiar a revalorização, requalificação, protecção e promoção das zonas ribeirinhas e da orla costeira, designadamente a consolidação das escarpas ribeirinhas do Tejo;
- Desenvolver acções específicas com vista à conservação das zonas húmidas dos estuários e da Lagoa de Melides;
- Requalificação e valorização ambiental da Fonte da Telha;
- Promover o reequilíbrio no sistema de circulação e depósito sazonal de areias, para salvaguardar a segurança das populações, das praias e de outras zonas ribeirinhas;
- Incremento de acções ligadas à utilização racional de energia e à utilização de energias alternativas;
- Intervenção efectiva para o tratamento de todos os resíduos produzidos na região. Avaliação qualitativa e quantitativa dos resíduos hospitalares e industriais de todo o tipo armazenados e produzidos na região e sua integração num Plano Nacional Global com vista à redução da sua produção e nocividade. Generalização de formas de tratamento mais adequadas, designadamente o fomento da reutilização, da reciclagem, da valorização, de processos de tratamento com vista à inertização dos resíduos e à sua deposição em aterro com elevados níveis de segurança;
- Adoptar medidas urgentes para a resolução do passivo ambiental da Plataforma Industrial de Sines, descontaminação de solos da lagoa de hidrocarbonetos de Vale Milhaços, recuperação ambiental do aterro da Sanchinha, concretização do processo de descontaminação dos terrenos da Quimiparque e Siderurgia Nacional. Monitorização permanente das emissões industriais;
- Concretizar uma política de Redução, Reutilização e Reciclagem dos Resíduos;

- Plano de monitorização da qualidade ambiental, designadamente ao nível da qualidade do ar, dos solos e dos aquíferos, e do seu impacto na saúde pública;
- Implementar acções de promoção da qualidade de vida urbana, no que se refere ao ruído e poluição atmosférica;
- Criar organismos de acompanhamento da actividade e da qualidade ambiental das plataformas industriais do Distrito;
- Implementar medidas, sobretudo na indústria e nos transportes, visando garantir que Portugal contribua para a redução das emissões de gases com efeito de estufa para a atmosfera;
- Dotar o distrito de um plano para a prevenção e adaptação aos efeitos das alterações climáticas, integrado numa planificação nacional;
- Minimizar os impactos ambientais causados pela exploração de inertes (areeiros, pedreiras, entre outros), nomeadamente com a elaboração, implementação e monitorização de um Plano de recuperação e requalificação das zonas de exploração;
- Defender medidas de efectivo acompanhamento e fiscalização do funcionamento dos aterros sanitários, envolvendo as populações locais e garantindo a criação e a actividade regular das comissões de acompanhamento;
- Desenvolver as intervenções contempladas nos vários projectos do Programa Polis no Distrito, assegurando o integral cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado;
- Reforçar os meios técnicos e humanos das estruturas do Estado intervenientes no distrito, como o ICNF e a APA;
- Criar incentivos à utilização racional da energia e à eficiência energética, com a promoção de alternativas energéticas de domínio público;
- Reforçar o apoio à esterilização de animais errantes, com consideração da regulação da sua alimentação face à especificidade de cada situação, e promoção da esterilização de animais de companhia;
- Reforçar o apoio da Administração Central à ampliação/construção de Centros de Recolha Oficial de Animais e ao controlo de populações de aves;
- Garantir que o Governo assume as suas responsabilidades para a existência de médicos veterinários municipais em todos os concelhos, enquanto autoridade sanitária veterinária concelhia.

Saúde

- Garantir a acessibilidade aos cuidados de saúde, de qualidade, em tempo útil e gratuitamente, revogando as taxas moderadoras e assegurando a atribuição de transporte de doentes não urgentes a todos os utentes que dele necessitem para aceder à saúde;
- Atribuir médico e enfermeiro de família para todos os utentes do distrito;
- Reforçar o número de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos superiores de saúde e de diagnóstico e terapêutica, assistentes administrativos e auxiliares de acção médica) nos cuidados de saúde primários, nas unidades hospitalares, bem como nos cuidados continuados e paliativos, reduzindo tempos de espera para consultas, cirurgias, exames e tratamentos,
- Reforçar a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários, através da criação de uma rede de proximidade, com alargamento das valências e das especialidades e do horário de funcionamento, reforço das equipas de cuidados na comunidade, nomeadamente no apoio domiciliário, na saúde escolar e na proximidade às populações;
- Reabrir os serviços públicos de saúde encerrados, entre eles os serviços de atendimento permanente e as extensões de saúde;
- Requalificar e / ou construir novos centros de saúde, através da definição de um plano de investimento plurianual;
- Recuperar e reforçar os serviços e valências das unidades hospitalares do distrito, face às necessidades da população;
- Construir o Hospital no Concelho do Seixal dotado de camas de internamento para doentes agudos e de um Serviço de Urgência de acordo com as necessidades sentidas pelas populações;
- Construir o novo Hospital Montijo-Alcochete;
- Instalar no Hospital do Litoral Alentejano todas as valências para que foi projectado, designadamente da Maternidade, independentemente da construção do Hospital Central do Alentejo;
- Reforçar as unidades e equipas de Cuidados Continuados e de Cuidados Paliativos através do desenvolvimento da resposta pública nesta área de prestação de cuidados;
- Reforçar as unidades e equipas de combate à toxicodependência e ao alcoolismo;
- Alargar a resposta pública no âmbito da saúde mental, nos centros de saúde e nas unidades hospitalares, através do reforço de profissionais e da criação de consultas com maior proximidade às populações;

- Construir um centro de reabilitação para pessoas com deficiência.

Sistema educativo público, gratuito, democrático, de qualidade e inclusivo

- Aumentar o investimento, como prioridade estratégica na Escola Pública, visando garantir a gratuidade de todo o ensino público; o alargamento da gratuidade já consagrada aos manuais escolares às fichas de trabalho a toda a escolaridade obrigatória; a implementação de um modelo verdadeiramente democrático de gestão das escolas e agrupamentos que observe os princípios da elegibilidade, colegialidade e participação; a universalização da oferta pública e a conseqüente adequação da rede escolar, por via da expansão da rede pública onde seja necessário e expansão do sistema público de educação pré-escolar, articulado com a rede escolar do 1º ciclo, garantindo a universalidade da frequência a partir dos 3 anos; valorização das diversas vias de ensino, que devem ser colocadas em plano de igualdade no que respeita à sua dignidade e à sua possibilidade de prosseguimento dos estudos.
- Reorganização da rede de equipamentos escolares que responda às necessidades dos estudantes e que potencie o processo de ensino/ aprendizagem, rejeitando o encerramento de escolas por questões mercantilistas, ponha fim aos mega-agrupamentos e tenha em consideração a necessidade de reduzir o número de alunos por turma;
- Dotar as escolas do número necessário de docentes e de profissionais não docentes, respondendo às necessidades escolares e integrando os trabalhadores que estão em situação precária, adequando o rácio às reais necessidades da população escolar e características das escolas;
- Requalificar o parque escolar do distrito, que se encontra em estado de degradação e obsoleto face às actuais necessidades pedagógicas;
- Extinguir a empresa Parque Escolar, assumindo o Ministério da Educação todas as responsabilidades na conservação e reabilitação do parque escolar. Conclusão das obras iniciadas e suspensas da responsabilidade desta empresa, nomeadamente na Escola Secundária João de Barros;
- Alargar a rede escolar ao nível do ensino pré-escolar, básico e secundário, com criação de um plano nacional de financiamento que permita nas zonas de maior densidade urbana garantir a universalização do pré-escolar a partir dos 3 anos e pôr fim ao turno duplo no 1º ciclo;
- Construir pavilhões desportivos em todas as escolas do segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário que ainda não disponham deste equipamento;

- Construir as instalações definitivas da Escola Superior de Ciências da Saúde, dando concretização à recomendação aprovada na AR por iniciativa do PCP. Alargar o espaço de refeitório no IPS nas Manteigadas e construir o refeitório na EST, no Barreiro;
- Criar, no Campus da Caparica, o pólo da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa;
- Criar um modelo de financiamento público às escolas do ensino profissional assente no Orçamento do Estado, que responda às necessidades do funcionamento permanente, designadamente despesas de pessoal, despesas fixas de funcionamento, equipamentos e apoio aos estudantes, na frequência do curso e nos respectivos estágios profissionais. Defender um regime de faltas, carga horária e de férias em condições de igualdade com os restantes estudantes das vias científico-humanístico;
- Criar oferta pública de ensino artístico especializado de música, dança, artes plásticas e teatro;
- Garantia de financiamento às escolas do Ensino Artístico Especializado não público que hoje garante a oferta articulada com a rede pública, através de verbas do Orçamento do Estado, respondendo deste modo às suas reais necessidades permanentes de funcionamento (corpo docente e suas carreiras, projecto educativo, instalações e instrumentos);
- Dotar as escolas dos recursos e dos meios humanos, em particular professores de educação especial, psicólogos, terapeutas e demais técnicos especializados para assegurar uma verdadeira educação inclusiva.

Funções do Estado e serviços públicos de proximidade

Comunicações, serviços postais e banca

- Reversão dos CTT para a gestão pública, reforçando a contratação de pessoal e o investimento para assegurar a fiabilidade e qualidade do serviço e promovendo a reabertura de toda as estações de correios que foram encerradas no contexto da privatização;
- Apoiar o desenvolvimento de redes regionais de serviços on-line, com funcionalidades ao nível da cidadania, promovendo a participação das populações, da educação, da cultura e da economia, assentes na plataforma tecnológica comum e integrada e na rede em fibra óptica e *wireless* ligando os serviços municipais, que tem sido desenvolvida no distrito no âmbito do projecto Setúbal Península Digital, promovido pela AMRS;

- Definição alargada de um serviço público de Internet, apontando para a universalidade do acesso de banda larga – com efectiva capacidade e qualidade de serviço – a todo o distrito, que inclua o alargamento aos diversos serviços nela integrados;
- Apoiar o alargamento e desenvolvimento da Rede Regional de Centros Públicos de acesso gratuito à Internet; consolidação do acesso efectivo à Internet de banda larga para todas as escolas de todos os ciclos e graus de ensino; promoção do acesso nas áreas sociais, da saúde, transportes públicos; salvaguarda da inclusão de todas as camadas da população, incluindo das zonas rurais e interiores do distrito;
- Desenvolver e melhorar a rede de Televisão Digital Terrestre, com a exigência de qualidade e fiabilidade do sinal em todo o distrito;
- Reforçar a presença de serviços bancários no território, nomeadamente através da reabertura das agências da Caixa Geral de Depósitos encerradas.

Justiça

- Promover medidas que aproximem os serviços judiciais dos cidadãos, assegurando em cada concelho um tribunal de competência genérica;
- Construção do Tribunal em Sesimbra
- Criação de Julgados de Paz em mais concelhos do distrito, à semelhança do que já acontece no Seixal e em Setúbal/Palmela, contribuindo para uma Justiça mais próxima, mais célere e menos onerosa para os cidadãos;

Segurança das populações, protecção civil e bombeiros

- Modernizar as instalações das forças de segurança, de modo a estarem aptas a responder às necessidades das populações e com condições de trabalho, alojamento e conforto para os profissionais;
- Reforçar o número de profissionais das forças de segurança e efectivação dos seus direitos;
- Reforçar meios, garantindo a abertura e reabertura de esquadras e postos de proximidade;
- Reivindicar a modernização dos estabelecimentos prisionais da região, reforçando-os com os meios humanos necessários;
- Consolidação e aprofundamento do serviço Distrital e dos Serviços Municipais de Protecção Civil, reforçando e modernizando os meios operacionais respectivos e as redes de comunicações;

- Aprovar um novo Regime Jurídico das Missões confiadas aos Corpos de Bombeiros, no qual se consagre:
- Regime de financiamento público dos Corpos de Bombeiros sapadores, municipais e voluntários, tendo por base uma caracterização de risco das respectivas áreas de actuação e a afectação dos meios (humanos e de equipamentos) necessários ao cabal cumprimento da sua missão;
- Criar um programa transparente de renovação de equipamentos, regulado por uma Lei de Programação de Instalações e Equipamentos (como nas forças de segurança);
- Garantir o acesso ao gasóleo verde;
- Inserir no Orçamento do Estado verba a transferir para as Câmaras Municipais que assegure a sustentabilidade do dispositivo de protecção civil municipal, incluindo a efectiva estruturação dos Serviços Municipais de Protecção Civil de acordo com a carta de risco de cada município;
- Actualização dos meios, recursos e carências existentes no Distrito e em cada Concelho;
- Elaboração e/ou actualização dos Planos Distrital e Municipais de Emergência, dos Planos Operacionais de Emergência, de Evacuação de Equipamentos de Utilização Colectiva, de Planos de Protecção e Socorro a eventos de grande concentração de cidadãos, dos Planos Municipais e Operacionais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dos Planos de Emergência Externos, designadamente de estabelecimentos fabris, e a realização de exercícios que testem a sua operacionalidade;
- Criar um posto avançado dos bombeiros para servir as zonas do Carvalhal e Tróia e reforço de meios de combate a incêndios;

Garantir o pleno exercício dos direitos constitucionais

Habitação

- Proceder a uma real manutenção e conservação das habitações propriedade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, bem como dos espaços exteriores envolventes e construção dos equipamentos públicos em falta;
- Alterar o regime de renda apoiada, com a introdução de critérios de maior justiça social, que conduzam a valores de renda acessíveis para as famílias com baixos rendimentos;
- Proceder ao realojamento das famílias que ainda residem em habitações precárias;

- Mobilizar o património da administração central, bem como da administração local, de acordo com a vontade das autarquias, com vocação habitacional para arrendamento ao abrigo da renda apoiada e condicionada;
- Defender uma política de habitação que garanta aos jovens acesso a casas dignas;
- Dinamização da recuperação e requalificação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal – AUGI – defendendo a criação de condições para que existam apoios, mecanismos financeiros e acesso a financiamento comunitário que tornem estes processos viáveis para os proprietários, suas associações e autarquias;
- Reduzir a taxa máxima do IMI para 0,4%.
- Apoiar as cooperativas de habitação e organizações de moradores na construção, reabilitação e arrendamento de habitação a custos controlados.

Cultura e património

- Estabelecer 1% do Orçamento de Estado para a Cultura, inserido no objectivo de alcançar progressivamente 1% do PIB, garantindo o acesso a todos, em todo o território nacional, à experiência da criação e da fruição cultural e artística.
- Garantir o acesso à fruição cultural e à livre criação artística, procedendo à democratização da cultura, ao apoio às estruturas e companhias do distrito, bem como ao movimento juvenil;
- Promover o apoio e valorização de iniciativas marcantes no plano cultural em que se destacam o Festival Internacional de Teatro de Almada, o SeixalJazz, o FIG/Festival Internacional de Gigantones, o FIAR/Festival Internacional de Artes de Rua, o Sementes/Festival Internacional de Artes para o Pequeno Público, a Festa do Teatro de Setúbal, o Festival Músicas do Mundo, a Mostra Internacional de Teatro de Santo André, o Festival Internacional de Teatro do Alentejo, o OUT-FEST e o Festival Liberdade, entre muitas outras;
- Requalificar e valorizar o património cultural do cabo Espichel;
- Dotar o Complexo Arqueológico de Miróbriga de mais recursos humanos, materiais e financeiros;
- Promover o apoio e valorização ao Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal;
- Preservação e valorização das embarcações tradicionais do Tejo e do Sado, enquanto património cultural e elemento vivo identitário das populações ribeirinhas;
- Criar o Museu Nacional da Indústria Naval em Almada;

- Reforçar o apoio à Rota Vicentina, bem como à sua promoção nacional e internacional;
- Potenciar a articulação do estudo e da divulgação do património cultural e ambiental do distrito;
- Garantir a contratação com vínculo estável dos trabalhadores em falta para os vários organismos públicos da cultura do e no distrito;
- Valorizar o património arqueológico e paleontológico através do apoio à sua preservação e divulgação;
- Assegurar a gestão pública das ruínas romanas de Tróia;
- Recuperar os Castelos e Fortes da Península de Setúbal e do Litoral Alentejano assegurando a sua gestão pública e a plena responsabilização do Governo;
- Reforçar o apoio ao crescimento da rede de equipamentos culturais na região, contribuindo para a criação de uma programação ainda mais diversificada.

Desporto

- Elaborar uma Carta Desportiva do Distrito de Setúbal, em articulação com os vários Municípios, a partir do Programa Nacional de Equipamentos Desportivos, defendendo linhas de financiamento;
- Potenciar o desporto para todos, exigindo ao Governo a estruturação do Programa Nacional de Turismo Desportivo, desenvolvendo o Plano Estratégico de Turismo Desportivo do Distrito de Setúbal, considerando que este possui enormes potencialidades de utilização do desporto também na vertente turística, quer em certos locais do seu interior, quer especialmente junto à frente atlântica e nas zonas ribeirinhas;
- Defender a valorização da disciplina de educação física nas escolas, bem como a revitalização do programa Desporto Escolar;
- Apoiar a iniciativa intermunicipal “Jogos do Futuro”;

Associativismo

- Apoio efectivo do Poder Central aos investimentos e projectos das colectividades de cultura, desporto e recreio do Distrito de Setúbal, através de uma lei-quadro que clarifique esses apoios, com destaque para a requalificação e renovação de instalações, infra-estruturas e equipamentos;
- Reforçar o actual Estatuto do Dirigente Associativo e apoio à sua formação, compatibilizando o exercício das suas funções com a actividade profissional;

- Exigência de políticas fiscais que visem a redução dos custos relativos às actividades e funcionamento das associações;
- Rever o estatuto de utilidade pública, de acordo com as novas realidades associativas;
- Apoiar e estimular o trabalho do movimento associativo juvenil e estudantil nas suas mais diversas expressões, quer sejam associações legalmente constituídas, quer se assumam como grupos não formais de jovens. Revogar o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.
- Valorização das bandas filarmónicas;

Segurança Social e apoio à comunidade

- Aumentar as pensões e reformas no mínimo de 40€ ao longo da legislatura e em pelo menos 10€ em Janeiro de 2020;
- Repor a idade da reforma aos 65 anos. Garantia do direito à reforma sem penalizações com 40 anos de descontos;
- Alargar o período de atribuição do subsídio de desemprego e social de desemprego e aumento dos seus montantes. Criar um subsídio social de desemprego extraordinário para garantir que nenhum trabalhador em situação de desemprego fica desprotegido;
- Universalidade do abono de família e valorização dos escalões;
- Desenvolver uma rede pública de creches e apoio à primeira infância, assegurando a todas as crianças até aos três anos a garantia de creche gratuita, ou soluções equiparadas, concretizando o aproveitamento de respostas articulado com a implementação de uma rede pública de creches que garanta a cobertura integral do país, para dar a certeza e a segurança a cada família que, a partir do final da licença de parentalidade, terá garantida, se assim quiser, uma vaga sem custos; aprofundar o estudo sobre o conteúdo, organização e apoios pedagógicos adequados a este nível etário;
- Garantir as condições de funcionamento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, asseguradas directamente pelo Estado;
- Reforçar o número de trabalhadores afectos às equipas de intervenção precoce, de forma a assegurar as condições de acompanhamento das crianças;
- Implementar uma rede de equipamentos públicos de apoio aos idosos, particularmente lares e centros de dia, bem como a melhoria do apoio domiciliário, articulado com os serviços de saúde;
- Construir uma rede de equipamentos de apoio às pessoas com deficiência e aos excluídos socialmente;

- Repor todas as respostas da Segurança Social que foram sendo retiradas ou desviadas para as instituições por motivos meramente economicistas;
 - Incrementar a criação de gabinetes de apoio às vítimas de violência doméstica, por forma a desenvolver medidas de prevenção que melhorem a qualidade de vida das famílias. Implementação, no Distrito, da rede pública de acolhimento de mulheres vítimas de violência.
-